

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 162/2019

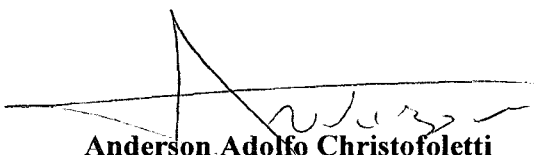
PROCESSO 15476-207-19

PARECER Nº 222/2019


O presente Projeto de Lei de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Programa de Combate a Depressão, a ser realizada na 2ª Quinzena de Novembro.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 21 de outubro de 2019.



Anderson Adolfo Christofolletti
Presidente



Dermeval Nevoeiro Demarchi
Relator

Rafael Henrique Andreetta
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 162/2019

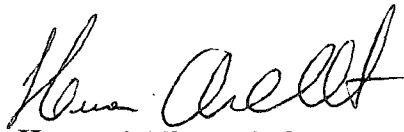
PROCESSO 15476-207-19

PARECER Nº 003/2020

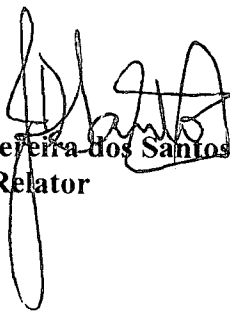
O presente Projeto de Lei de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Programa de Combate a Depressão, a ser realizada na 2ª Quinzena de Novembro.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 10 de fevereiro de 2020.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente



José Pereira dos Santos
Relator

Paulo Marcos Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 162/2019

PROCESSO 15476-207-19

PARECER Nº 019/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT**, Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Programa de Combate a Depressão, a ser realizada na 2ª Quinzena de Novembro.

A **Comissão de Políticas Públicas** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do presente Projeto de Lei.

Rio Claro, 13 de fevereiro de 2020.



Ruggero Augusto Seron
Presidente



Thiago Yamamoto
Relator

Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 162/2019

PROCESSO 15476-207-19

PARECER Nº 020/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT**, Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Programa de Combate a Depressão, a ser realizada na 2ª Quinzena de Novembro.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 17 de fevereiro de 2020.



José Claudinei Paiva
Presidente

Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Adriano La Torre
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 162/2019

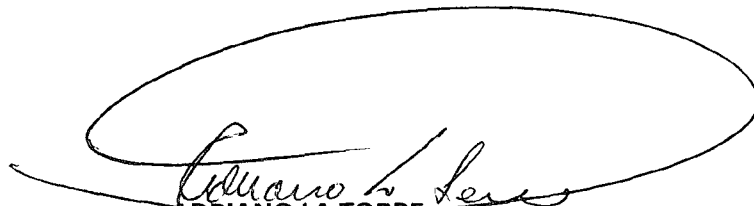
PROCESSO 15476-207-19

PARECER Nº 027/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT**, Institui no Calendário Oficial do Município de Rio Claro, o Programa de Combate a Depressão, a ser realizada na 2ª Quinzena de Novembro.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 12 de março de 2020.


ADRIANO LA TORRE
Presidente

PAULO MARCOS GUEDES
Relator


MARIA DO CARMO GUILHERME
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 08/2020

Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

Artigo 1º - O serviço funerário particular realizado dentro do município de Rio Claro deverá ser executado por empresas instaladas dentro do município, devidamente cadastradas junto aos órgãos municipais e com alvará válido para realização dos serviços.

Parágrafo Primeiro – Entende-se por serviço funerário: remoção do corpo, preparação do corpo, arrumação do corpo, tanatopraxia (método de conservação do corpo humano), ornamentação, montagem de sala de velório, comercialização de urna mortuária, coroa de flores, cortejo e sepultamento.

Artigo 2º - O usuário do Serviço Funerário Municipal de Rio Claro poderá optar pela contratação de empresas prestadoras de serviço funerário sediadas em outras cidades, apenas nas seguintes hipóteses:

I – quando o domicílio do falecido for em outra cidade e o óbito tenha ocorrido em Rio Claro, desde que o velório e o sepultamento sejam realizados fora desta cidade;

II – quando o domicílio do falecido for em outra cidade e que tenha sido o corpo encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) localizado em Rio Claro, desde que o velório e o sepultamento sejam realizados fora desta cidade;

III – quando o óbito e velório se derem na cidade do domicílio do falecido, desde que a família opte em sepultá-lo em Rio Claro, com prévia autorização do Serviço Funerário Municipal.

Parágrafo Primeiro – O usuário declarante deverá comprovar com documentos idôneos que o falecido tinha domicílio em outra cidade.

Artigo 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, no que couber.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio Claro, 27 de janeiro de 2020.

Yves Carbinatti
Vereador Líder da Cidadania

Geraldo Luis de Moraes
Vereador Geraldo Voluntário

Rafael Henrique Andreeta
Vereador PTB

Hernani Leonhardt
Vereador

Ouvidor-Geral da Câmara Municipal de Rio Claro – SP
Vice-Líder MDB

Maria do Carmo Guilherme
Vereadora
Líder PMDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 08/2020 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 08/2020, PROCESSO Nº 15535-011-20.



Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 08/2020, de autoria do nobre Vereador Hernani Alberto Mônaco Leonhardt, que dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outra providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município legislar sobre assunto de interesse local, inclusive suplementando as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, da LOMRC.


R10 
67

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso ora examinado, o projeto de lei dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

Entretanto, visando aperfeiçoar a redação do Projeto ora analisado, sugerimos a apresentação das seguintes emendas:

Emenda Modificativa nº 01

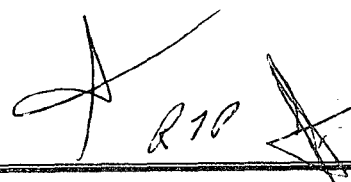
A EMENTA do Projeto de Lei nº 08/2020 passa a ter a seguinte redação:

“Dispõe sobre o serviço funerário privado realizado no município de Rio Claro e dá outras providências”.

Emenda Modificativa nº 02

O caput do artigo 1º do Projeto de Lei nº 08/2020 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - O serviço funerário privado realizado dentro dos limites territoriais do município de Rio Claro deverá ser executado por empresas instaladas dentro do município de Rio Claro, devidamente cadastradas junto aos órgãos municipais e com alvará válido para a realização dos serviços”.

Handwritten signature and initials, possibly "R1P", in the bottom right corner of the page.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

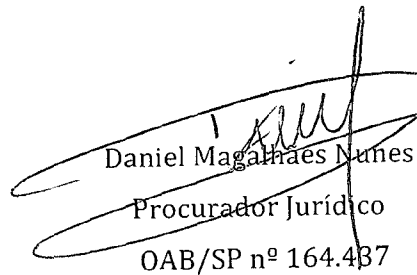
Emenda Modificativa nº 03

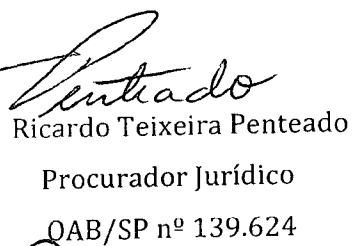
O caput do artigo 2º do Projeto de Lei nº 08/2020 passa a ter a seguinte redação:

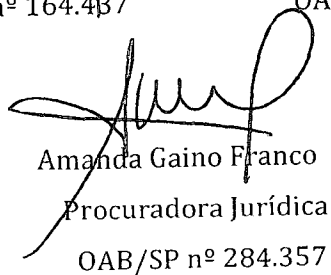
“Artigo 2º - O usuário do serviço funerário situado dentro do município Rio Claro poderá optar pela contratação de empresas de serviço funerário sediadas em outras cidades apenas nas seguintes hipóteses:”.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade, com as ressalvas acima mencionadas.**

Rio Claro, 04 de março 2020.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 08/2020

PROCESSO 15535-011-20

PARECER Nº 035/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E MARIA DO CARMO GUILHERME**, Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do Projeto de Lei.

Rio Claro, 16 de março de 2020.



GERALDO LUIS DE MORAES
Presidente



DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI
Relator

RAFAEL HENRIQUE ANDREETA
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 08/2020

PROCESSO 15535-011-20


PARECER N° 024/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E MARIA DO CARMO GUILHERME**, Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de março de 2020.


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente


José Pereira dos Santos
Relator

Paulo Marcos Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 08/2020

PROCESSO 15535-011-20

PARECER Nº 034/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E MARIA DO CARMO GUILHERME**, Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 26 de março de 2020.

Ruggero Augusto Seron
Presidente



Thiago Yamamoto
Relator



Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 08/2020

PROCESSO 15535-011-20

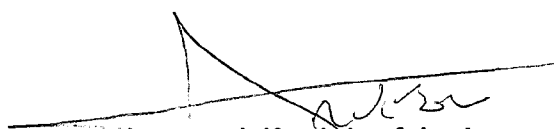
PARECER Nº 026/2020


O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E MARIA DO CARMO GUILHERME**, Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 30 de março de 2020.

José Claudinei Paiva
Presidente


Anderson Adolfo Christofolletti
Relator


Adriano La Torre
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 08/2020

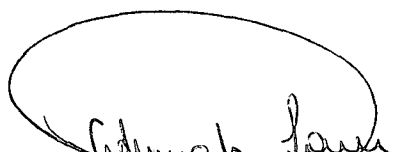
PROCESSO 15535-011-20

PARECER Nº 028/2020

O presente Projeto de Lei de autoria dos Vereadores **HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E MARIA DO CARMO GUILHERME**, Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 02 de abril de 2020.


ADRIANO LA TORRE
Presidente

PAULO MARCOS GUEDES
Relator


MARIA DO CARMO GUILHERME
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Emendas ao Projeto de Lei 008/2020 (de autoria do Vereador Hernani Leonhardt)

(Dispõe sobre o serviço funerário particular realizado no município de Rio Claro por empresas instaladas fora da cidade e dá outras providências)

Emenda Modificativa nº 01

A ementa do Projeto de Lei nº 08/2020 passa a ter a seguinte redação:

"Dispõe sobre o serviço funerário privado realizado no município de Rio Claro e dá outras providências".

Emenda Modificativa nº 02

O caput do artigo 1º do Projeto de Lei 08/2020 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O serviço funerário privado realizado dentro dos limites territoriais do município de Rio Claro deverá ser executado por empresas instaladas dentro do município de Rio Claro, devidamente cadastradas junto aos órgãos municipais e com alvará válido para a realização dos serviços".

Emenda modificativa nº 03

O Parágrafo Primeiro do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 08/2020 passa a ter seguinte redação:

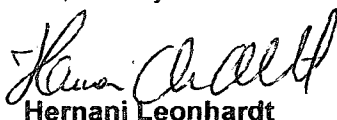
Parágrafo Primeiro – *Entende-se por serviço funerário: remoção do corpo, preparação do corpo, arrumação do corpo, tanatopraxia (método de conservação do corpo humano), ornamentação, montagem de sala de velório, comercialização de uma mortuária, coroa de flores, cortejo, sepultamento e colocação de manta funerária.*

Emenda Modificativa nº 04

O caput do artigo 2º do Projeto de Lei nº 08/2020 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º - O usuário do serviço funerário situado dentro do município de Rio Claro poderá optar pela contratação de empresas de serviço funerário sediadas em outras cidades apenas nas seguintes hipóteses:".

Rio Claro, 24 de janeiro de 2020



Hernani Leonhardt

Vereador

Ouvidor-Geral da Câmara Municipal de Rio Claro – SP

Vice-Líder MDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019

(Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro).

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 21 de outubro de 2019.


MARIA DO CARMO GUILHERME
Vereadora Líder do MDB

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Pedro Luiz Zonta, nascido no município de Cordeirópolis, em 29 de março de 1965.

Filho de Luiz Zonta e Emília Tereza Vasques Zonta.

Casado a 33 anos com Marcia Maria Traina Montesso Zonta. Tem 02 Filhos Marcelo com 32 anos e Paola com 20 anos.

Formado em Planejamento Administrativo pela Faculdade de Tecnologia de Rio Claro em 1986, com vários cursos de especializações na área administrativa.

Atua em Rio Claro a 20 anos como corretor de imóveis.

Foi presidente do Lions Clube de Rio Claro Centro.

Hoje está presidente do Clube dos 21 irmãos amigos de Rio Claro.

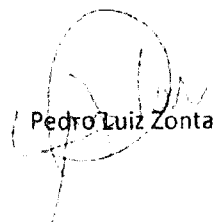
Foi condecorado com o Título de Comendador da Ordem do Mérito da Cultura Cavaleiresca de Santo Amaro em 1989 por serviços prestados.

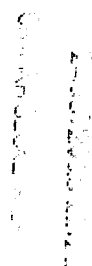
AUTORIZAÇÃO – CONCESSÃO TÍTULO CIDADÃO RIOCLARENSE

Eu Pedro Luiz Zonta, brasileiro, casado, corretor de imóveis, residente e domiciliado na Rua João Polastri, 800 – Casa 27, Cidade Jardim, Condomínio Residencial Jardim Botânico, autorizo a nobre Vereadora Exma. Sra. Maria do Carmo Guilherme a solicitar a concessão do título de Cidadão Rioclarense.

Aproveito para reiterar a minha estima e consideração pela nobre vereadora, e dizer que me sinto muito honrado com esta indicação.

Rio Claro, 17 de Outubro de 2019.


Pedro Luiz Zonta



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

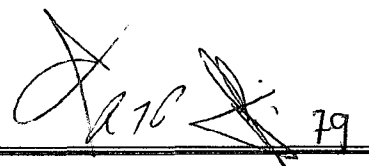
Nº 31/2019 – PROCESSO n.º 15484-215-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 31/2019, de autoria da nobre Vereadora Maria do Carmo Guilherme, que confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

“Artigo 213 – São títulos honoríficos:

I – Cidadão Rio-clarense;

II – Cidadão Emérito;

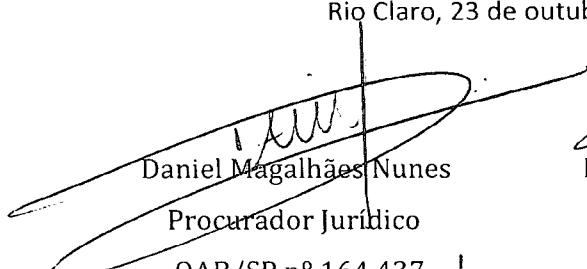
III – Medalha de Honra ao mérito”

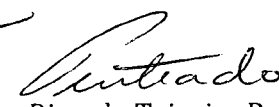
Portanto, o pleito em referência encontra amparo legal no artigo 213, inciso I, do Regimento Interno desta Edilidade.

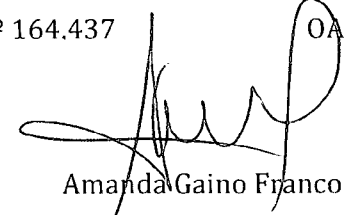
Finalmente, salientamos que, nos termos do artigo 213, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Edilidade, cada Vereador poderá outorgar anualmente somente um (01) título para cada um dos tipos especificados nos incisos I e II.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 23 de outubro de 2019.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019


PROCESSO 15484-215-19

PARECER Nº 225/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 04 de novembro de 2019.



Anderson Adolfo Christofolletti
Presidente



Dermeval Nevoeiro Demarchi
Relator

Rafael Henrique Andrecta
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019

PROCESSO 15484-215-19

PARECER Nº 001/2020

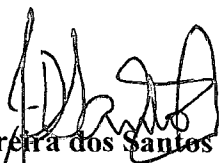
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 10 de fevereiro de 2020.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente



José Peres dos Santos
Relator

Paulo Marcos Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019

PROCESSO 15484-215-19

PARECER Nº 010/2020

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 13 de fevereiro de 2020.



Ruggero Augusto Seron
Presidente



Thiago Yamamoto
Relator

Caroline Gomes Ferreira
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019

PROCESSO 15484-215-19

PARECER Nº 015/2020

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 17 de fevereiro de 2020.



José Claudinei Paiva
Presidente

Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Adriano La Torre
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2019


PROCESSO 15484-215-19

PARECER Nº 022/2020

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Vereadora **MARIA DO CARMO GUILHERME**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Pedro Luiz Zonta, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

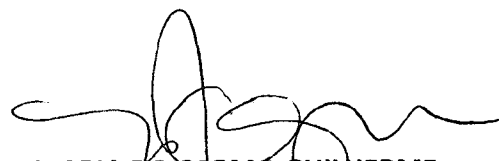
A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 12 de março de 2020.



ADRIANO LA TORRE
Presidente

PAULO MARCOS GUEDES
Relator



MARIA DO CARMO GUILHERME
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

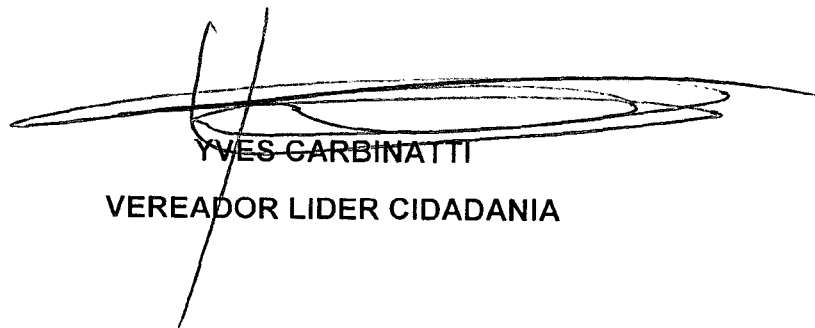
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 032/2019

(Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Sr. Luiz Antônio Pinheiro, pelos relevantes serviços prestados à população de Rio Claro).

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Sr. Luiz Antônio Pinheiro pelos relevantes serviços prestados à população Rio-Clarense.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 23 de outubro de 2019



YVES CARBINATTI
VEREADOR LIDER CIDADANIA

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

Nascido na cidade de Leme em 15 de junho de 1952, o Sr. Luiz Antônio Pinheiro é casado com Silvana Selingardi Pinheiro e pai de 03 filhas, Lisangela, Giordanna e Julianna.

Formado em Educação Física, encontrou na área de seguros a sua verdadeira vocação.

Atuando neste ramo há 44 anos, iniciou suas atividades em banco, passando ainda pela COSEP e Banespa, até que em 1989 se mudou para Rio Claro e fundou no mesmo ano a Rio Claro Corretora de Seguros.

Atuando de maneira ininterrupta há 30 anos na cidade de Rio Claro, atualmente além da matriz a Rio Claro Corretora de Seguros possui 06 (seis) filiais nas cidades de Santa Gertrudes, Brotas, Limeira, Leme, Saltinho e Piracicaba.

Além de construir uma carreira profissional sólida, se tornando um empresário de sucesso, se tornando referência no seu ramo de atividade, gerando dezenas de empregos em nosso município e na região, o homenageado também construiu sua vida pessoal em nossa cidade, onde se casou e criou suas filhas.

Dessa forma, por sua colaboração ao nosso município, bem como por toda sua história de sucesso na vida pessoal e profissional apresento neste momento o Decreto Legislativo para conferir ao Sr. Luiz Antônio Pinheiro o título de cidadão rio-clarense.

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, Luiz Antônio Pinheiro, RG nº 8.251.412-4, CPF nº 821.908.368-91, casado, com endereço a Avenida 07, 119, Centro, na Cidade de Rio Claro/SP, autorizo a homenagem de autoria do Senhor Yves Carbinatti, através de Projeto de Decreto Legislativo que **Confere a mim o Título de Cidadão Rio-Clarense**.

Rio Claro, 21 de Agosto de 2019

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'L' and 'P' followed by a horizontal line, positioned above a solid horizontal line.

LUIZ ANTÔNIO PINHEIRO

Histórico do Homenageado

Nascido na cidade de Leme em 15 de junho de 1952, o Sr. Luiz Antônio Pinheiro é casado com Silvana Selingardi Pinheiro e pai de 03 filhas, Lisangela, Giordanna e Giulianna.

Formado em Educação Física, encontrou na área de seguros a sua verdadeira vocação.

Atuando neste ramo há 44 anos, iniciou suas atividades em banco, passando ainda pela COSEP e Banespa, até que em 1989 se mudou para Rio Claro e fundou no mesmo ano a Rio Claro Corretora de Seguros.

Atuando de maneira ininterrupta há 30 anos na cidade de Rio Claro, atualmente além da matriz a Rio Claro Corretora de Seguros possui 06 (seis) filiais nas cidades de Santa Gertrudes, Brotas, Limeira, Leme, Saltinho e Piracicaba.

Além de construir uma carreira profissional sólida, se tornando um empresário de sucesso, se tornando referência no seu ramo de atividade, gerando dezenas de empregos em nosso município e na região, o homenageado também construiu sua vida pessoal em nossa cidade, onde se casou e criou suas filhas.

Dessa forma, por sua colaboração ao nosso município, bem como por toda sua história de sucesso na vida pessoal e profissional apresento neste momento o Decreto Legislativo para conferir ao Sr. Luiz Antônio Pinheiro o título de cidadão rio-clarense.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

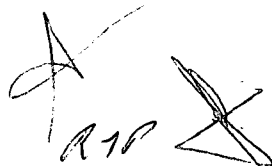
Nº 32/2019 – PROCESSO n.º 15490-221-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 32/2019, de autoria do nobre Vereador Yves Raphael Carbinatti Ribeiro, que confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Senhor Luiz Antônio Pinheiro, pelos relevantes serviços prestados à população de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:

Handwritten signature and initials, possibly reading 'A 10'.